

# Political transition and democratic consolidation, studies on contemporary Brazil

Adriano Nervo Codato (ed.)  
New York, N. Science Publishers, 2006

SUZELEY KALIL MATHIAS\*

A ciência política latino-americana costuma ser imediatista, isto é, não dá tempo para os processos sócio-políticos se completarem para os avaliarem e, aí sim, apontar para novas teorias; ao contrário, preocupa-se com as conjunturas. É isso que origina, na maioria das vezes, conceitos que não respondem pelo seguimento do fenômeno e muito menos se prestam às análises comparativas.

*Political Transition and Democratic Consolidation* busca fugir a esse lugar-comum e propõe um novo ângulo para analisar o processo brasileiro contemporâneo. Assim, o livro é composto por

ensaios que atentam para as mediações e relações que acontecem ao longo do processo que objetivam avaliar, o que permite uma visão de longo prazo da questão da transição do regime 'burocrático-autoritário'.

Buscando na crítica das teorias nascidas conjunturais o ponto de partida para avaliar o processo brasileiro dos, os textos propõem novas visões do fenômeno que, como registra Timothy Power "lembram a real tradição da 'grande teoria' em [estudos de] política comparada" (p. xii), o que deve ser creditado ao prof. Codato, editor da coletânea.

---

\* Professora de Ciência Política da UNESP.

Por sua preocupação com o resgate histórico, este é um livro que deve ser lido iniciando-se por seu último capítulo. Escrito por Marcos Napolitano, apresenta uma cronologia do período que será objeto dos outros sete capítulos: o processo de mudança política que marcou o Brasil pós-64, em especial aquele entre 1974 e 1990.

O capítulo de Napolitano é essencial também porque o livro tem alta densidade teórico-analítica, mas foi escrito em língua inglesa e, portanto, tem como alvo um público que provavelmente pouco conhece da política brasileira, razão pela qual a cronologia apresentada é imprescindível à compreensão adequada das discussões apresentadas nos demais capítulos.

Os textos de *Political Transition and Democratic Consolidation* têm pouco em comum além do objetivo de analisar o Brasil do período indicado, compartilhando ainda a crítica aos modelos consagrados à análise dos processos de transição, apontando desde a insuficiência definicional dos modelos até sua pouca atenção aos fatores históricos estruturantes, afirmando também que a avaliação do fenômeno indicado não é possível sem a reflexão que só o conhecimento histórico é capaz de fornecer.

Excetuando-se o capítulo 1, do próprio editor, e o oitavo já citado, todos os outros seis capítulos foram publicados na consagrada *Revista de Sociologia e Política*, editada pela Universidade Federal do Paraná, vindo à luz entre 1994 e 2001.

'Delegative Democracy or Vissitudes of Transition?', de Ricardo Silva, foi um dos primeiros a serem publicados: segundo semestre de 1995. Talvez por isso apresente a mais otimista das análises e, com isso, trilha o mesmo caminho daqueles que ele critica – em especial, Guillermo O'Donnell –, isto é, avaliar um fenômeno antes que ele se complete. O processo de consolidação da democracia no Brasil não foi linear e, se o conceito de democracia delegativa proposto por O'Donnell não explica muito além dos primeiros anos pós-governos fardados, nem por isso a representação política tornou-se "mais responsável" ou a "cidadania, ativa", ao contrário do que professa Silva. Entretanto, o autor se protege afirmando que a consolidação da democracia no Brasil depende (repetindo o que sugeriram O'Donnell e Schmitter, em 1988) da transformação do regime político em democracia social (p. 57), o que ainda hoje está longe de se realizar.

Luzia Helena Hermann de Oliveira também toma como tema a consolidação da democracia. Porém, diferentemente de Silva, seu objetivo é mostrar que países com passado autoritário semelhantes ao Brasil, não se prestam à consolidação da democracia se esta for tomada segundo a definição de Dahl. Para a análise, Oliveira apresenta um exaustivo estudo empírico dos casos europeus, proporcionando uma excelente comparação entre o início dos processos de consolidação da democracia dos países do velho continente

(Espanha, Grécia, Itália e Portugal) e brasileiro. No entanto, ao deixar de lado a singularidade dos casos, a comparação apresenta-se frágil. Apenas para mencionar um exemplo, no caso espanhol Oliveira afirma que já em 1975, com a morte do general Franco, o rei Juan Carlos assumiu o poder e garantiu o processo de transição (p. 135). Ao contrário, sabe-se que foi ao longo das negociações entre os diferentes atores políticos que se exigiu o retorno da monarquia (exilada desde a Guerra Civil), para servir como fiel da balança entre eles na construção da transição, o que, afim sim acerta Oliveira, garantiu o sucesso da transição e apressou o de consolidação da democracia.

Os capítulos escritos respectivamente por Carlos Arturi e Alberto Tosi Rodrigues objetivam examinar o peso relativo da política frente às arenas econômica e social. O primeiro dedica-se a discutir atores políticos vs. estrutura econômica, concluindo que a tradição político-institucional é forte para se impor como padrão nos momentos de normalidade política, mas não nos momentos críticos. Já Rodrigues avalia a relação entre mobilização social e crise política. Ambos apresentam uma ótima síntese dos trabalhos sobre o tema sem, no entanto, deixar de lado a crítica ao modelo de análise hegemônico.

Se Arturi e Rodrigues têm objetivo semelhante, isso não é suficiente para compartilharem a mesma visão sobre a consolidação do processo de transição brasileira. Ao contrário, enquanto o pri-

meiro afirma que a consolidação da democracia é uma possibilidade entre outras, pois não se resolveu o problema da desigualdade e do 'tamanho' e papel do Estado; o segundo é mais otimista, acreditando que a mobilização social, ainda que episódica, pode redundar em influência substancial no processo político. Fazendo uma leitura *post factum* (os textos são anteriores à sucessão de FHC), a história tratou, ao mesmo tempo, de confirmar e refutar a análise de ambos. No primeiro caso, sobre a consolidação do regime, é possível dizer que a democracia, principalmente se tomado pela regra segundo a qual a sucessão é garantida sem que se tenha certeza sobre os resultados, o regime consolida-se a cada dia. Por outro lado, o processo tratou de refutar ambas as análises, pois para consolidar-se o regime precisou adotar as regras tradicionais da política brasileira, como a compra de votos e de apoio legislativo. Em outras palavras, consolida-se o mesmo regime político que deu origem ao golpe de 1964, não se proporcionando reformas que permitam avançar nos direitos de cidadania.

'Democracy, Transition and Consolidation: Reworking Mised Concepts', é o mais criativo entre todos os capítulos. Talvez a impressão tenha sido alimentada pelos neologismos propostos pela autora, Stéphanie Monclaire. Interessante observar que o texto foi alvo de três traduções: escrito originalmente em francês, foi traduzido para o português e deste para o inglês sem, no entanto, torná-lo truncado. O ponto forte da

discussão é a crítica aos 'condicionistas'. A autora mostra que as correlações feitas pelos modelos dominantes não explicam a correlação entre regras, institucionalidade e regime político, sobretudo quando se *condiciona* a consolidação a um conjunto de regras específicas. Propondo novos conceitos, Monclaire apresenta uma análise não apenas consistente, mas convincente.

Já o texto de João Roberto Martins Filho, ao contrário dos demais, não toma a transição/consolidação como objeto de análise, mas sim a instalação, em 1964, da 'ditadura militar'. Mais especificamente, ele critica a interpretação consagrada dos regimes que foram construídos pós-64 no Brasil e na Argentina. A partir da releitura de Poulantzas, o autor busca mostrar que tais análises (novamente o alvo preferencial é a proposta desenvolvida por Guillermo O'Donnell) pecam por 1) não enfatizar o caráter militar (castrense/marcial?) dos regimes que nomeiam "burocrático-autoritários" e, 2) enfatizar a homogeneidade militar.

Martins apresenta análise e consistente, mas não o suficiente em relação ao modelo corrente, pois o que ele julga ser falta de ênfase, é o próprio objetivo do modelo: o conceito de regime burocrático-autoritário se propõe a substituir justamente o de ditadura, pois, segundo O'Donnell, os golpes perpetrados a partir do de 1964 no Brasil, não correspondem nem às intervenções militares anteriores e nem aos regimes ditatoriais conhecidos na Euro-

pa. Esses novos regimes não são apenas centralizados na mão de um homem ou de um pequeno grupo e também não são excepcionais ou momentâneos, como o termo ditadura pode apontar. O termo 'burocrático' visa mostrar que são as Forças Armadas, uma instituição do Estado que conta com homens profissionalizados, que tomam o poder. Essa forma de tratar o problema aponta que os antigos modelos, que supunham que o movimento de modernização da própria sociedade levaria ao afastamento dos militares da política, estavam equivocados, pois a transformação dos militares em verdadeiros soldados, em uma burocracia armada, os tornou ainda mais aptos ao exercício do poder.

Se há críticas ao *Political Transition and Democratic Consolidation*, só o fato de ter sido publicado, incentivando a divulgação de nossa história por nossos próprios estudiosos é suficiente para saudá-lo. A despeito do comentário parecer nacionalista, não se trata disso, mas sim de observar que hoje a pesquisa que se faz no Brasil é reconhecida e respeitada.

Por último, cabe mencionar a competência de cada um no tema tratado, o que já é suficiente para recomendar a leitura do livro e, porque não, elevá-lo à categoria daqueles que merecem uma das definições dadas por Calvino aos 'clássicos': 'um clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer.' De fato, esta coletânea representa incentivo e novidade para todos aqueles que querem conhecer ou se aprofundar na história do Brasil.

MATHIAS, Suzeley Kalil. Resenha de: CODATO, Adriano Nervo (ed.). Political transition and democratic consolidation, studies on contemporary Brazil. New York: N. Science Publishers, 2006. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.25, 2007, p.153-156.

***Palavras-chave:*** Política; Democracia; Brasil.